

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

ATA DE REUNIÃO – 21/07/2022

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às 16:00h, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Transportes, designados pelo Decreto Rio "P" nº 374 de 09 de julho de 2021, alterado pelo Decreto Rio "P" nº 411 de 15 de julho de 2022, conforme lista de presença em anexo. O Conselheiro Suplente da SMTR, o Chefe de Gabinete Manuel Osorio, deu início a reunião, em nome da Secretária Maína Celidonio, se apresentando bem como apresentando a Secretária Executiva do Colegiado, Andrea Gallo, agradecendo a presença de todos e informando a pauta da presente a saber: (i) Expansão da Rede de VLT; (ii) Síntese de junho: Acordo Judicial SPPO; (iii) Elaboração do Plano de Segurança Viária do Rio de Janeiro. Passou a palavra para o Conselheiro Licínio Machado, o qual discorreu sobre o Ofício do Fórum de Mobilidade de 06/06/2022, sobre a participação do Conselho nos assuntos pertinentes a SMTR; estabelecer um calendário das reuniões do Colegiado, bem como a pauta, de acordo com o disposto no Regimento Interno. Solicitando, ainda, a elaboração de um cronograma quanto às Audiências Públicas realizadas pela Secretaria Municipal de Transportes. O Conselheiro Manuel Osorio respondeu que quanto às audiências públicas, o referido cronograma é feito e apresentado; em relação às solicitações do Fórum de Mobilidade, a Secretária Maína tem ouvido as demandas, e atendido aquelas que são cabíveis. Em relação ao cronograma das reuniões do Conselho, registrou que as reuniões estão ativas, pois neste exercício só não houve reunião no mês de maio. Colocou que a atualização do acordo judicial do SPPO será uma pauta fixa no Conselho e isso é uma participação ativa do Colegiado. O Conselheiro Diego Garcia registrou que o Sr. Manuel propôs a atualização do Acordo Judicial do SPPO para a pauta da presente reunião e tinha a proposta do Fórum, foi decisão do Colegiado a apresentação do Acordo. A Conselheira Vivi Zambieri, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sugere que seja proposto pontos latentes de mobilidade da cidade e dentro desses, sejam priorizados os assuntos a serem discutidos no Conselho, pois desde a reunião de maio os ônibus são a única pauta, se esquecendo de outros pontos, como o sistema Aquaviário. O Sr. Diego Garcia, representante do Metrô Rio, registrou que o problema Aquaviário é questão do Estado, onde existe um Conselho Estadual de Transportes, o qual a SMTR não tem gestão. É de opinião que primeiro deve-se realizar um planejamento integrado e depois resolver os problemas existentes. Em sua visão, primeiramente deve-se verificar os projetos em que a Prefeitura, na figura da SMTR, tem gestão para, em seguida, verificar os problemas. Continuando, a Sra. Vivi Zambieri sugere que a SMTR retome o seu papel que possuía no sistema Aquaviário, onde o gestor anterior não quis participar das partes que cabem à Cidade do Rio de Janeiro. O Sr. Manuel Osorio passou a palavra ao Coordenador Geral de Projetos Estratégicos, Sr. Gabriel Tenenbaum, para apresentação do primeiro item da pauta. Com a palavra, o Coordenador Geral discorreu sobre a expansão da Rede de VLT, registrando ser um pedido do próprio Conselho que surgiu após a coletiva do Sr. Prefeito sobre a matéria. Apresentou os projetos de expansão da rede do VLT, a saber: (i) VLT Botafogo- Gávea que está em estágio de maturação avançado; (ii) VLT nos atuais corredores de BRT, o qual o estágio de maturação é de pré-viabilidade e (iii) os corredores que integram a rede - proposta do PMUS. Após a apresentação foi aberta a discussão sobre a matéria. O Conselheiro Diego Garcia apontou uma dúvida quanto ao embarque na Rua Voluntários da Pátria, pois na via da esquerda o embarque será pela



calçada, mas questiona como será o embarque na via do meio, bem como no Jardim Botânico como serão as estações, pois a Rua Marques de São Vicente possui duas faixas. O Coordenador Gabriel informou que se tratam de vias singelas. As estações seriam no meio da via, onde teria um alargamento, ainda não estão definidas as respectivas estações, a empresa CCPark que está responsável pela gestão. O Sr. Walber Correa, representante da CDURP, informou que as estações não estão definidas porque só se traçou marcos. Devido o traçado ter tido algumas alterações não houve a definição das paradas e estações. O Conselheiro José Miguel, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente questionou se o projeto está prevendo a mensuração de gases estufas. Foi informado que não está previsto. O Sr. Victor Cruz, representante do VLT Rio, registrou sobre a velocidade do VLT, onde existe uma regularidade do sistema de tráfego mais lento por questões de segurança, registrou a necessidade de se avaliar bem a utilização da calha. O Sr. Licínio Rogerio questionou qual a previsão de integração com a linha 4 do Metrô e se está previsto no projeto. Perguntou se tem como disponibilizar o projeto antigo. O Sr. Gabriel Tenenbaum informou que ainda não está disponível. O Conselheiro Alexandre Sansão informou que no PMUS já existe essa previsão. Continuando, Sr. Licínio questionou de que forma o Colegiado pode participar do planejamento desse projeto e não somente ser comunicado, o CMTR deveria participar dos estudos. O Conselheiro Manuel Osorio registrou que o Colegiado está participando pois está sendo apresentado os estudos, e ainda informou que existe um corpo técnico da SMTR, da CCPark e do CMTR que é o que está acontecendo no momento. O Conselheiro Alexandre Sansão, representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, pediu a palavra e esclareceu que em relação ao Sistema Aquaviário, a época de Secretário Municipal de Transportes, o Município concordou que o poder concedente seria do Estado do Rio de Janeiro. Quanto aos estudos apresentados sobre o VLT, registrou que sentiu falta dos estudos de impactos no trânsito, que é importante na apresentação ficar bem claro sobre a matéria. O Sr. Gabriel Tenenbaum informou que o referido estudo consta do planejamento. Continuando, o Sr. Alexandre Sansão, registrou que foram realizados vários estudos através do PMUS e na Secretaria de Urbanismo, informando que já foi feito um impacto urbano para a Rua Voluntários da Pátria onde foi projetada para receber o sistema VLT, já existe um projeto para essa mudança. Informou, ainda, que a CDURP teve acesso a esse estudo do urbanismo. O Sr. Eloir Faria, representante da CET-RIO, registrou que o BRT foi projetado para dar prioridade a determinadas linhas, assim sugere que o sistema VLT converse com o sistema semaforico. O representante da CDURP informou que já existe essa conversa, onde já está sendo reestudada a matéria. A Sra. Vivi Zampieri questionou se existe um estudo de impacto quanto ao BRS, pois os estudos são de 2015 onde já contemplava o impacto de trânsito que o BRS causaria, isso gera um certo desconforto a data dos estudos, deu o exemplo que em 2019 foi realizado um estudo sobre os impactos de bicicletas e hoje é 100% (cem por cento) diferente. É de opinião que se deve amadurecer melhor os estudos de impacto viário, da demanda e de concorrência, pois têm o Metrô em Botafogo. Tem que atualizar os estudos para a atualidade. Registra, ainda, a importância da integração com as outras Pastas. O Plano cicloviário será publicado em breve, questiona se o referido plano está sendo contemplado nesse projeto, por isso é de opinião que a integração entre as pastas é importante. O Sr. Gabriel Tenenbaum esclareceu que a demanda foi observada em vários corredores e ainda terá uma maior profundidade nos respectivos estudos. Existe um grupo entre as Secretarias envolvidas, onde já vem trabalhando dessa forma. O Conselheiro Itamar Marques, do CREA-RJ, acha importante a integração das áreas pois existe também o problema da chuva e das enchentes. O Sr.



Manuel Osorio informou que tem o projeto de drenagem. Continuando, o Sr. Itamar, registrou a necessidade de se observar os pontos dos bicicletários, colocando-os em acessos melhores. Questionou qual será o espaço de intervalo do VLT. Foi informado que ainda não se tem definido. O Conselheiro Licino Machado informou que o Grupo de Trabalho Transbrasil não se reuniu por estar aguardando da SETRANS os estudos da estação de Parada de Lucas. O Conselheiro Manuel Osorio apresentou o segundo item da pauta: Síntese de junho: Acordo Judicial SPPO. Informou que estamos com 45 dias do acordo judicial, onde já foi efetuado o segundo pagamento do acordo. Explicou que foram restabelecidas 39 linhas e entende que os intervalos das linhas ainda estão acima do esperado pela população. Existe um esforço coletivo para o retorno das linhas. O Sr. Paulo Valente, representante da Rio Ônibus, discorreu sobre o sistema, registrando que está sendo ajustado com o planejamento de melhoria do mesmo. Continuando o Sr. Manuel apresentou as prioridades de retomada de serviços, a evolução – quantidade de KM, referentes aos meses de junho e julho. Finalizando, apresentou o site para acompanhamento do subsídio: <https://transportes.prefeitura.rio.subsidio/>. A Sra. Vivi Zampieri informou que a CET-RIO possui os trabalhos regionalizados sugerindo que a Companhia compareça nos Conselhos Comunitários, com um representante, para apresentar os projetos a população e informando de como foi realizada a priorização do retorno das linhas. Dando continuidade, foi passada a palavra ao Sr. Eloir Faria, representante da CET-RIO, para realizar a apresentação do terceiro item da pauta: Elaboração do Plano de Segurança Viária do Rio de Janeiro – PSV Rio. O Sr. Eloir fez uma explanação informando que o Programa de Segurança Viária para a cidade do Rio de Janeiro está sendo elaborado com o objetivo de preservar vidas, garantindo mais segurança nos deslocamentos na cidade, contribuindo com uma mobilidade mais sustentável e humana. Está alinhado aos conceitos Sistemas Seguros e Visão Zero – “nenhuma morte ou ferido grave pela violência no trânsito é aceitável” e está sendo elaborado pela CET-Rio com o apoio de outros órgãos da Prefeitura (Decreto Rio nº 50149/2022), com previsão de conclusão até dezembro de 2022. Está sendo construído um plano de ação para se atingir a meta estratégica da Prefeitura de reduzir 20% da taxa de mortalidade no trânsito até 2024 e, até 2030, “reduzir à metade, no mínimo, o índice de mortos por grupo de veículos e o índice nacional de mortos por grupo de habitantes” (CTB/PNATRANS – Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito, Lei Federal 13.614/2018). Essas metas são equivalentes às metas do Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis (Ministério da Saúde) e da Segunda Década de Ação pela Segurança no Trânsito (ONU - Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas). As ações propostas serão compatíveis com compromissos e metas pactuadas no Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro (Agenda 2030). Informou que o Programa será submetido a consulta pública (previsão em agosto/2020) e sua estrutura na versão preliminar prevê cinco pilares: - PLANEJAMENTO E GESTÃO DA SEGURANÇA VIÁRIA: objetiva garantir o planejamento e a execução das políticas e ações do Plano de Segurança Viária (PSV) de forma contínua, fundamentadas no conceito de sistema seguro, a partir de evidências e de dados atualizados e confiáveis; - INFRAESTRUTURA SEGURA: objetiva garantir infraestruturas viárias seguras para todos os usuários, planejando e executando intervenções de forma ativa, promovendo a mobilidade sustentável e priorizando as intervenções que melhorem as condições de segurança para os mais vulneráveis: pedestres, ciclistas e motociclistas; - EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO: objetiva educar permanentemente os técnicos envolvidos na Segurança Viária e Motivar os usuários



para adotar comportamentos seguros no trânsito, evitando erros intencionais relacionados aos sinistros e às infrações de trânsito; promover conceitos de cidadania, mobilidade sustentável, Sistema Seguro e a necessidade da proteção aos usuários mais vulneráveis; - **ESFORÇO LEGAL**: objetiva diminuir os comportamentos de risco intencionais dos usuários, fiscalizando o cumprimento das regras de trânsito e realizando operações de trânsito, fundamentadas em dados e evidências e com uso de tecnologia; - **ATENDIMENTO E CUIDADO ÀS VÍTIMAS**: objetiva aprimorar o atendimento às vítimas de sinistros de trânsito e seus familiares em perspectiva sistêmica (pré-hospitalar, hospitalar e reabilitação a curto e médio prazos), motivando e capacitando todos os atores envolvidos na prestação do serviço. Ao término da apresentação a representante Vivi Zampieri registrou que sentiu falta dos ciclomotores na apresentação, na sua opinião os mesmos precisam ser considerados bem como as mobilidades ativas, skate e patins. Fez uma observação quanto a presença da Guarda Municipal nas reuniões do CMTR, pois não está se fazendo presente, pois a fiscalização é da Guarda Municipal, precisa ser convocada. A representante da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência – SMPD, Sra. Thais Brito, questionou se existe um projeto quanto ao tempo de travessia do pedestre, sendo informada pelo Sr. Eloir Faria que sim, inclusive um reestudo sobre a matéria quanto a readequação do tempo e iniciativa de sinais sonoros. A Sra Thais colocou a SMPD à disposição para a participação no referido projeto. A reunião foi encerrada, ficando agendada a próxima para o dia 31 de agosto de 2022. Nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a reunião, e eu Andréa Gallo, Assessora de Gestão Institucional, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelo Conselheiro Suplente da Secretaria Municipal de Transportes, Substituto da Presidente do Colegiado, Sr. Manuel Camillo, tendo a lista de presença anexa, parte integrante da mesma. Rio de Janeiro, 21 de julho de 2022.



MANUEL CAMILLO OSORIO

Conselheiro Suplente da SMTR
Substituto da Presidente do Conselho Municipal de Transportes